G20, G7 e OCDE

G20, G7 y OCDE

G20, G7 and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Deliberações do G20 sobre Abundância Energética e Mobilização contra o Ebola

G20 Outcomes on Energy Abundance and Mobilization Against Ebola

Deliberaciones del G-20 sobre la abundancia energética y la movilización contra el ébola

Resumo: O presente informe analisa os desdobramentos do G20 na abertura do último trimestre sob a presidência norte-americana, período que antecede a Cúpula de Líderes na Flórida. No campo energético, o documento examina os resultados da Reunião Ministerial de Abundância Energética em Houston, abordando a emissão da declaração da presidência sem a chancela do Brasil e detalhando os quatro entregáveis consensuais firmados em cocção limpa, eficiência regulatória, reuso de água e minerais críticos. Em paralelo, analisa a Reunião Extraordinária dos Ministros das Relações Exteriores sobre o surto de Ebola na República Democrática do Congo, evidenciando o deslocamento institucional da saúde no bloco, a mobilização financeira internacional e a assimetria dos aportes liderados pelos Estados Unidos.

Palavras-chave: G20; EUA.

Abstract: *This report analyzes developments around the G20 at the start of the final quarter of the U.S. presidency, ahead of the Leaders' Summit in Florida. In the energy sector, the report examines the outcomes of the Ministerial Meeting on Energy Abundance in Houston, including the chair's statement issued without Brazil's endorsement and the four consensus-based deliverables agreed on: clean cooking, regulatory efficiency, water reuse, and critical minerals. It also analyzes the Extraordinary Meeting of Foreign Ministers on the Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo, highlighting the bloc's institutional shift in health policy, international financial mobilization, and the asymmetric contributions led by the United States.*

Keywords: *G20; USA*

Resumen: *El presente informe analiza los acontecimientos del G-20 al inicio del último trimestre bajo la presidencia estadounidense, período que precede a la Cumbre de Líderes en Florida. En el ámbito energético, el documento examina los resultados de la Reunión Ministerial sobre Abundancia Energética celebrada en Houston, abordando la emisión de la declaración de la presidencia sin el respaldo de Brasil y detallando los cuatro compromisos consensuados alcanzados en materia de cocción limpia, eficiencia regulatoria, reutilización del agua y minerales críticos. Paralelamente, analiza la Reunión Extraordinaria de Ministros de Asuntos*

Exteriores sobre el brote de ébola en la República Democrática del Congo, poniendo de manifiesto el desplazamiento institucional en materia de salud dentro del bloque, la movilización financiera internacional y la asimetría de las aportaciones lideradas por Estados Unidos.

Palabras clave: *G20; USA*

Com a aproximação da Cúpula de Líderes, programada para os dias 14 e 15 de dezembro na Flórida, o último trimestre de atividades do G20 sob a presidência norte-americana abriu seu calendário com deliberações intensas sobre a agenda energética. No âmbito das atividades do Grupo de Trabalho de Abundância Energética do G20, os trabalhos ministeriais em Houston foram precedidos pelo Simpósio do G20 sobre Eficiência Regulatória, sediado pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) em 14 de setembro de 2026. Concebido como etapa preparatória para os debates de alto nível, o simpósio teve como objetivo central promover marcos regulatórios voltados à geração de resultados práticos, oferecendo às empresas previsibilidade e clareza jurídicas para destravar investimentos privados, acelerar o licenciamento ambiental e fortalecer a resiliência das cadeias globais. Na abertura do encontro, o administrador da EPA, Lee Zeldin, sustentou a premissa de que a salvaguarda da saúde e do meio ambiente pode caminhar em convergência com a expansão econômica e a execução ágil de projetos de infraestrutura de grande porte.

A dinâmica dos trabalhos foi estruturada em três painéis temáticos principais, intitulados *Criando Condições para Investimento*, *Perspectivas Governamentais sobre Licenciamento Moderno* e *O Futuro do Licenciamento*. As sessões foram conduzidas por dirigentes da agência ambiental norte-americana, incluindo o próprio Lee Zeldin, a Administradora Assistente para Assuntos Internacionais, Usha Turner, e o Vice-Chefe de Gabinete para Política e Estratégia, Pouya Lavian. O debate mobilizou lideranças empresariais de corporações multinacionais, como Drew Marsh, Presidente e CEO da Entergy; Mark Nelson, Vice-Presidente Executivo da Chevron; Chase Lochmiller, Cofundador e CEO da Crusoe; e Susan Uthayakumar, Diretora de Energia e Sustentabilidade da Prologis, além de ministros e representantes governamentais. Ao longo dos painéis, as discussões concentraram-se no impacto direto dos arcabouços regulatórios sobre a viabilidade financeira e o cronograma de entrega das obras públicas de infraestrutura. Usha Turner destacou que, a despeito das diferenças metodológicas de licenciamento adotadas por cada país, a troca de soluções práticas entre governos e agentes privados fortalece sistemas regulatórios transparentes e adaptados às demandas futuras. Nessa mesma linha, Pouya Lavian ponderou que o ritmo e a escala das transformações tecnológicas exigem que as regras de licenciamento acompanhem essa velocidade, criando as condições operacionais necessárias para viabilizar a próxima geração de energia e de infraestrutura.

No dia seguinte, durante a Sessão Ministerial de Abundância Energética do G20, Lee Zeldin oficializou o lançamento da Iniciativa do G20 para o Reuso de Água (*G20 Water Reuse Initiative*), voltada a estabelecer uma estrutura de cooperação internacional para expandir o reuso seguro de águas tratadas frente à pressão de demanda nos setores industrial, agrícola e energético. Aprovada por consenso por meio do *Documento de Resultados de Reuso de Água*, a iniciativa alicerça-se em uma abordagem adequada ao propósito (*fit-for-purpose*), metodologia que propõe o tratamento da água de acordo com o padrão técnico estritamente exigido para

sua aplicação final, dispensando a imposição de um parâmetro uniforme para todos os tipos de uso.

A estratégia busca reduzir a pressão sobre os mananciais de água doce, fortalecer a resiliência contra estiagens e garantir a estabilidade operacional de infraestruturas críticas. Zeldin reiterou que a segurança hídrica e energética constitui os pilares da produtividade industrial, da tecnologia e da agricultura nos Estados Unidos, reforçando a meta de suprimir barreiras burocráticas sem abrir mão da proteção ambiental e da saúde pública. Segundo ele, a iniciativa recupera diretrizes originadas na primeira gestão de Donald Trump e conecta-se diretamente ao Plano de Ação de Reuso de Água 2.0 (WRAP 2.0), apresentado pela EPA em abril, que enfatizou a relevância do reuso hídrico para áreas estratégicas. O documento incorpora também o princípio do federalismo cooperativo, respeitando as competências locais e a soberania regulatória de cada nação, ao mesmo tempo em que privilegia o aporte de tecnologia e de recursos do setor privado. Se podemos resumir, os líderes do Simpósio defenderam maior rapidez na liberação de licenças ambientais e maior participação do setor privado.

As deliberações em Houston culminaram no encerramento da Reunião Ministerial de Abundância Energética do G20 em 16 de setembro. O encontro reuniu ministros e delegações de uma ampla coalizão de membros do bloco e de convidados externos, composta por representantes da União Africana, da Argentina, da Austrália, do Brasil, do Canadá, da China, da União Europeia, da França, da Alemanha, da Índia, da Indonésia, da Itália, do Japão, do México, da Polônia, da Rússia, da Arábia Saudita, da Coreia do Sul, da Turquia e do Reino Unido. E, ao longo de três dias de trabalho, as negociações desenvolveram-se em torno dos três eixos que estruturam o mandato do grupo: Segurança Energética e Consumo Acessível, Licenciamento e Eficiência Regulatória, e Minerais Críticos e Cadeias de Suprimento Resilientes.

O principal documento político resultante do encontro, no entanto, não alcançou a condição de Declaração Ministerial Conjunta, tendo sido emitido como uma Declaração do Presidente sobre os *Princípios Voluntários de Segurança Energética do G20*. O texto estabelece que a segurança energética constitui o fundamento central para o crescimento econômico, a estabilidade nacional e o bem-estar social, afirmando a urgência de garantir fluxos contínuos de suprimentos, resguardar a liberdade de navegação em vias hídricas internacionais e proteger infraestruturas críticas, ao mesmo tempo em que reconhece categoricamente o direito soberano de cada país em definir sua própria matriz energética com base em sua geografia, recursos e prioridades políticas – elemento central em todos os entregáveis detalhados a seguir. Suas diretrizes voluntárias foram estruturadas em cinco eixos centrais voltados à acessibilidade econômica e à desregulamentação, à expansão contínua da oferta para suprir a demanda industrial e digital, à diversificação das matrizes, incluindo fontes fósseis e energia nuclear civil, à modernização de redes de transmissão e interconexões fronteiriças, e à aceleração da inovação tecnológica com proteção à propriedade intelectual. O documento contou com o apoio da quase totalidade dos membros presentes, mas não alcançou a unanimidade em razão da recusa formal da delegação do Brasil em chancelar seus termos, cujas motivações detalhadas não foram tornadas públicas.

A despeito dessa divergência substantiva em torno do documento geral da presidência, as negociações técnicas permitiram que os países-membros isolassem temas operacionais e alcançassem consenso em torno de quatro entregáveis, voltados a conferir materialidade às discussões ministeriais. O primeiro resultado estabeleceu trajetórias adequadas às realidades locais para ampliar o acesso doméstico à energia e à água, com ênfase no uso do gás liquefeito

de petróleo para substituir a biomassa tradicional. O segundo entregável concentrou-se na eficiência regulatória e no licenciamento, com o objetivo de conferir celeridade e previsibilidade aos processos administrativos internos. O terceiro produto traduziu-se na formalização técnica da Iniciativa de Reuso de Água, estabelecendo diretrizes voluntárias e não prescritivas para o aproveitamento de efluentes tratados. E o quarto consenso consolidou-se na Declaração sobre Minerais Críticos, delineando parâmetros para cadeias de fornecimento diversificadas e para a agregação de valor local.

Dedicada ao Pilar I, a *Declaração do G20 sobre o Avanço do Acesso à Cocção Limpa* estabelece que a universalização de soluções sustentáveis para cozinhar é indispensável para aprimorar a saúde pública, incentivar a educação, apoiar os meios de subsistência, impulsionar o empoderamento econômico, conter o desmatamento, a poluição e a perda de biodiversidade, além de ampliar o acesso à energia nas nações em desenvolvimento. O documento consagra a diretriz de que não há uma trajetória única para atingir essa meta, cabendo às realidades locais e às escolhas soberanas de cada Estado definir a composição adequada de sua matriz. Nesse sentido, alternativas como o gás liquefeito de petróleo, a eletricidade, o gás natural, os biocombustíveis e as tecnologias avançadas de queima de biomassa geram impactos positivos imediatos no bem-estar comunitário e no meio ambiente, com foco primordial na proteção de mulheres e crianças. O texto defende ainda que a destinação de fundos públicos e multilaterais seja pautada pelo mérito e pela neutralidade tecnológica, destacando que o gás liquefeito de petróleo se consolidou como uma alternativa mais rápida e segura em relação à biomassa tradicional (recursos orgânicos primários e não processados, como lenha e carvão), atuando como vetor decisivo nas regiões onde o acesso à energia nas residências ainda enfrenta limitações. Paralelamente, o avanço da rede elétrica global, que hoje alcança aproximadamente 92% da população mundial, abre espaço para a expansão do cozimento elétrico, enquanto os biocombustíveis e os fogões mais modernos atendem a contextos regionais específicos. O financiamento da universalização até 2030 demandará, portanto, recursos volumosos, incluindo a estimativa de 4 bilhões de dólares apenas para atender às necessidades do continente africano, levando o plano de ação a instar agências multilaterais e Bancos de Desenvolvimento a conceder recursos de forma justa para todas as matrizes qualificadas, extinguir entraves de mercado e de regulação, fortalecer os canais logísticos de distribuição, resguardar a integridade das cadeias de fornecimento e apoiar arranjos produtivos locais por meio da transferência voluntária de tecnologias sob termos acordados mutuamente.

No âmbito do Pilar II, o documento de consenso sobre Licenciamento e Eficiência Regulatória fundamenta-se no entendimento de que a expansão econômica depende da garantia de acesso amplo à energia proveniente de fontes e rotas tecnológicas diversas. Os ministros afirmam a necessidade de estruturar procedimentos internos de licenciamento ambiental e marcos regulatórios que combinem clareza, previsibilidade, eficácia e agilidade, de modo a subsidiar a implantação de obras de infraestrutura energética indispensáveis, em estrita observância à soberania de cada nação e às suas prioridades socioeconômicas e ecológicas. O documento salienta que a aceleração dos trâmites burocráticos e dos prazos de concessão deve ser realizada sem flexibilizar o rigor regulatório nem comprometer as salvaguardas de preservação ambiental. Com o intuito de qualificar a coordenação entre os órgãos governamentais, as nações concordaram em avaliar a incorporação segura de sistemas de Inteligência Artificial e de soluções digitais, além de incentivar o compartilhamento transparente e interoperável de bases de dados públicas, respeitadas as legislações domésticas e as regras nacionais de governança de dados. A cooperação multilateral concretiza-se por meio de ações

voluntárias focadas no intercâmbio de experiências regulatórias, na promoção de seminários, oficinas técnicas e *webinars*, na ampliação do diálogo com administrações subnacionais e com a iniciativa privada, bem como na prestação de capacitação e assistência técnica orientadas especialmente às demandas dos países em desenvolvimento.

Ainda no escopo do Pilar II, a formalização consensual da *Iniciativa do G20 para o Reuso de Água* consagra a premissa de que a suficiência, a segurança, a quantidade, a qualidade, a acessibilidade e a modicidade dos custos hídricos são determinantes para a saúde, o bem-estar social, a prosperidade produtiva, o interesse soberano dos Estados e a integridade ecológica das fontes de água potável. O plano estrutura-se a partir da abordagem científica não prescritiva denominada adequada ao propósito (fit-for-purpose), segundo a qual o tratamento dos efluentes deve ser calibrado para atender aos padrões técnicos exigidos para a destinação final específica, rejeitando a imposição de regras padronizadas universais. O documento pontua que a reciclagem de água, associada a processos como a dessalinização, reduz a exploração dos mananciais de água doce, mitiga os impactos sobre a biodiversidade aquática e fortalece a preparação dos países para secas e estiagens prolongadas. As nações acordaram em canalizar a cooperação de maneira voluntária no fórum do *Diálogo sobre Água do G20* em torno de cinco frentes domésticas: a modernização dos fluxos administrativos de licenciamento e regulação de efluentes, o fortalecimento de práticas de preservação ambiental, a difusão de inovações tecnológicas, a definição de critérios para o monitoramento da água reciclada e o estímulo a projetos em segmentos intensivos no consumo de recursos hídricos, abrangendo geração elétrica, indústria de transformação, agricultura, sistemas municipais e centros de processamento de dados. O texto reitera, ainda, o caráter voluntário e não normativo do instrumento, delimitando que a iniciativa não pretende instituir parâmetros compulsórios para as legislações nacionais, incentivando a mobilização do setor privado, a execução de projetos-piloto, a divulgação de estudos aplicados no agronegócio e a atração de capital público e privado para obras de infraestrutura hídrica.

Por sua vez, a Declaração sobre Minerais Críticos, representativa do Pilar III, qualifica esses recursos como insumos estratégicos para a segurança energética, os processos industriais, a manufatura avançada, a infraestrutura digital, as tecnologias de ponta e a sustentabilidade do desenvolvimento global. Em virtude do crescimento acelerado da demanda e das deficiências em infraestrutura e em dados de mercado, os membros do grupo comprometeram-se com uma agenda de articulação voluntária e flexível, que respeite a soberania de cada Estado sobre seu patrimônio mineral e estimule a agregação de valor nas economias de origem. A estratégia desdobra-se em três eixos centrais.

O primeiro eixo contempla a ampliação da troca de informações não confidenciais e a formação técnica entre governos, setor produtivo e centros de pesquisa, visando dar visibilidade às oscilações de mercado e aos estrangulamentos operacionais, assegurando salvaguardas rígidas à propriedade intelectual, à segurança cibernética e a dados estratégicos.

O segundo eixo volta-se ao avanço tecnológico para consolidação de cadeias produtivas circulares e eficientes, estimulando metodologias modernas de prospecção, lavra, beneficiamento, refino e reaproveitamento de minerais secundários a partir de bacias de rejeitos e depósitos de mineração, acompanhadas da capacitação de mão de obra especializada e da transferência voluntária de tecnologia sob condições acordadas mutuamente.

O terceiro eixo direciona-se à atração de investimentos e parcerias para mitigar gargalos de liquidez, custos logísticos e a carência de trabalhadores qualificados, incentivando a colaboração de agências de crédito à exportação e de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no financiamento de polos regionais de processamento e na estruturação do setor extrativo nos países produtores.

O evento serviu igualmente de plataforma para intervenções políticas das autoridades norte-americanas e para anúncios expressivos nos campos corporativo e regulatório. O Presidente do Conselho Nacional de Dominância Energética, Doug Burgum, ressaltou que o avanço das infraestruturas digitais e dos sistemas energéticos globais não pode ficar condicionado a elos minerais frágeis, o que sustenta a necessidade de diversificação das fontes e a primazia da soberania de cada Estado sobre os seus recursos naturais.

Na mesma linha, o Secretário de Energia, Chris Wright, e o Administrador da EPA, Lee Zeldin, argumentaram que a preservação ambiental caminha em sintonia com a prosperidade econômica. Em matéria regulatória doméstica, Zeldin divulgou a revogação da maior parte das exigências para emissões de gases de efeito estufa aplicadas a usinas elétricas herdadas da gestão Biden, medida qualificada como a mais expressiva desregulamentação do setor elétrico na história dos Estados Unidos, com economia projetada em 310 bilhões de dólares, além de apresentar proposta de revogação para as normas remanescentes, prevendo mais 370 milhões de dólares em alívio direto de conformidade para o setor produtivo.

Em paralelo às deliberações do setor energético, a quinzena registrou a convocação extraordinária de uma Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do G20, articulada pela presidência norte-americana, para renovar a coordenação internacional diante do surto de Ebola na República Democrática do Congo. A realização do encontro pela via diplomática geral evidencia uma mudança estrutural na condução dos trabalhos do bloco, visto que, usualmente, discussões dessa natureza seriam conduzidas no âmbito de um Grupo de Trabalho específico dedicado à saúde. Contudo, após demonstrar forte relutância em assumir compromissos na pasta desde o ano anterior, o governo dos Estados Unidos decidiu, durante a organização de seu mandato, excluir a saúde como tema a ser tratado em um grupo próprio, deslocando a resposta a emergências sanitárias para a alçada direta dos chanceleres.

Durante o encontro, que produziu uma Declaração para Acelerar a Ação Coletiva na Luta contra o Ebola, o fórum expandiu o diálogo para além dos membros permanentes do G20 ao incorporar outros doadores relevantes, como Polônia, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Singapura, Catar e Emirados Árabes Unidos, além de organizações internacionais estratégicas na resposta a crises, a exemplo do África CDC, do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), do Fundo para Pandemias, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Mundial.

Durante a sessão de trabalho, os participantes anunciaram mais de 470 milhões de dólares em novos compromissos financeiros, fazendo com que o volume global de recursos prometidos ultrapassasse a marca de 2 bilhões de dólares desde a eclosão da crise, em maio de 2026. As lideranças ressaltaram a gravidade ímpar do cenário, agravada pelo isolamento geográfico da zona afetada e pela sobreposição de conflitos armados locais, somada ao fato de que os tratamentos, diagnósticos e vacinas atualmente disponíveis não apresentam eficácia total contra a cepa específica de *Bundibugyo*.

O plano de ação consensual estabeleceu a urgência de aprofundar as operações nas áreas de transmissão e intensificar a prontidão em regiões vizinhas de alto risco por meio do rastreamento de contatos, proteção dos agentes comunitários e de saúde, expansão da capacidade instalada de leitos, aplicação de novas ferramentas diagnósticas e aporte de capital no desenvolvimento de vacinas, tendo como parâmetro de contenção o encerramento bem-sucedido do surto ocorrido em Uganda em agosto de 2026.

No que tange às contribuições formalizadas no âmbito do fórum, a Austrália anunciou o envio de 3,5 milhões de dólares, enquanto a França aportou 16 milhões de dólares adicionais, elevando seu montante total de auxílio a 34 milhões de dólares. A Alemanha comprometeu 24,8 milhões de dólares, totalizando um apoio global de 30,7 milhões de dólares destinado a laboratórios, centros de tratamento, capacitação profissional e estratégias de comunicação comunitária sobre risco. A Itália formalizou a destinação de 11,3 milhões de dólares, totalizando 14,5 milhões de dólares, para ensaios clínicos de novos imunizantes, aquisição de suprimentos hospitalares e medidas de prevenção.

O Japão disponibilizou 5 milhões de dólares em ajuda emergencial, totalizando cerca de 12,4 milhões de dólares para formação técnica e envio de especialistas para a região. A Coreia do Sul assumiu o compromisso de aportar 18 milhões de dólares para viabilizar o acesso a vacinas, medicamentos e contramedidas sanitárias, ao passo que o Reino Unido apresentou um pacote adicional de 67,5 milhões de dólares, elevando seu desembolso total para 105,6 milhões de dólares em suporte à vigilância epidemiológica e a trabalhadores do setor.

Por sua vez, os Emirados Árabes Unidos anunciaram 10 milhões de dólares, e o Banco Mundial disponibilizou 90 milhões de dólares, dos quais 80 milhões provenientes do Crisis Response Window e 10 milhões canalizados pelo Fundo Global de Financiamento, para salvaguardar serviços essenciais de saúde.

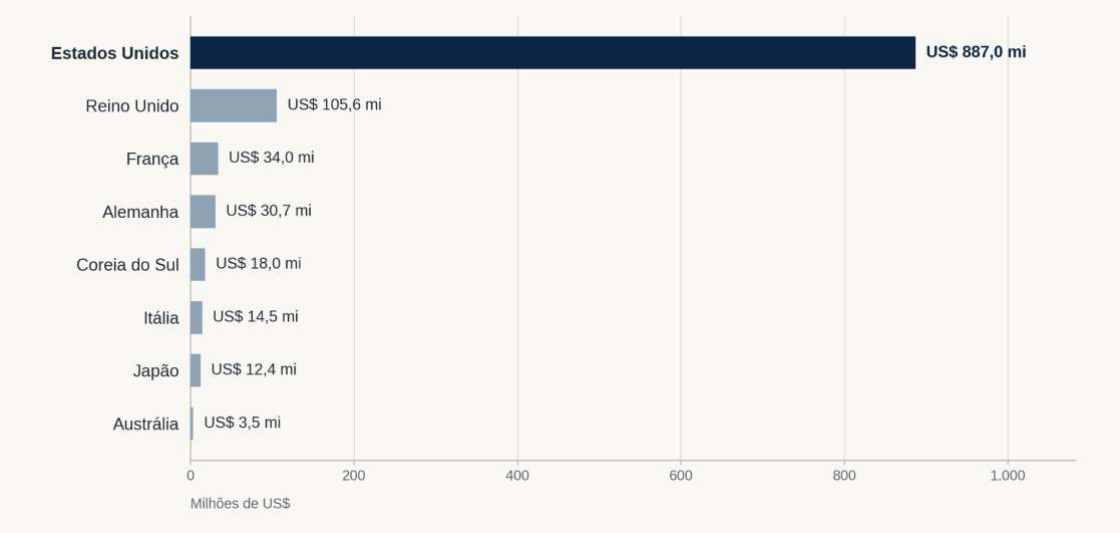
Em articulação com essas medidas multilaterais, os Estados Unidos formalizaram a liberação de 267 milhões de dólares adicionais em assistência médica e humanitária direta para conter o vírus, cumprindo o compromisso firmado na Cúpula de Líderes do G7 de alocar até 500 milhões de dólares suplementares para a resposta.

Com essa adição, a ajuda direta acumulada de Washington para este episódio alcançou 887 milhões de dólares, dos quais mais de 780 milhões foram mobilizados pelo Departamento de Estado, mantendo o país como o maior doador individual da resposta global. Paralelamente aos repasses dedicados ao Ebola, o governo norte-americano transferiu neste ano 350 milhões de dólares em assistência humanitária ampla para as populações da RDC, Uganda e Sudão do Sul, como parte de uma parceria de 1,8 bilhão de dólares estruturada com o OCHA.

A dimensão comparativa e a assimetria na alocação desses recursos entre as principais economias do grupo encontram-se sintetizadas no gráfico abaixo. Os dados compilados ilustram tanto o total acumulado divulgado oficialmente pelas delegações desde a eclosão do surto em maio de 2026, como observado nos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França, da Alemanha, da Itália e do Japão, quanto os novos compromissos anunciados estritamente na sessão ministerial, como no caso da Coreia do Sul e da Austrália, com todos os valores convertidos para dólares americanos, conforme comunicado no encontro.

A visualização limita-se exclusivamente aos membros do G20, não contemplando os aportes de nações convidadas, nem os de organismos multilaterais, além de omitir os integrantes do fórum que não formalizaram doações individuais específicas nessa oportunidade.

Figura 1: Aportes Financeiros Informados por Países do G20 para a Resposta ao Ebola na República Democrática do Congo (em milhões de US$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados oficiais divulgados na Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do G20 sobre a Aceleração da Ação Coletiva para Derrotar o Ebola (setembro de 2026).

No plano logístico e operacional, a atuação dos Estados Unidos pautou-se pelo envio de suporte externo emergencial em menos de 48 horas após a confirmação dos primeiros casos em maio de 2026, caracterizando a resposta mais rápida de sua história a uma epidemia de Ebola. Sob a gestão do Departamento de Estado e dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), em estreita coordenação com autoridades locais, a cooperação permitiu o transporte de 292 toneladas de suprimentos, a realização de 8,6 milhões de triagens sanitárias em nações vizinhas, a distribuição de 184 mil equipamentos de proteção individual, além da operação de 23 centros dedicados ao tratamento da doença e da sustentação técnica a 235 instalações de saúde regionais. Os recursos garantem ainda o rastreamento contínuo de contatos, protocolos de sepultamento seguro e digno e rotinas de vigilância epidemiológica por meio de redes locais de confiança.

Essa intervenção diplomática e sanitária ampara-se no Memorando de Entendimento firmado entre Washington e o governo da RDC em fevereiro de 2026, documento estruturado sob a orientação da Estratégia de Saúde Global *America First* da administração de Donald Trump, que aproveitou a ocasião para reiterar o apelo público para que outros governos com capacidade econômica ampliem a partilha de responsabilidades financeiras e operacionais no enfrentamento da crise.

Por fim, como último desdobramento desta quinzena, realizou-se em Milwaukee, no início de outubro, a Reunião Ministerial de Comércio do G20. Em razão da amplitude e da densidade analítica exigidas pelas deliberações em torno das agendas de energia e de saúde ao longo do período, os resultados, consensos e desdobramentos decorrentes desse encontro comercial serão abordados detalhadamente na próxima edição deste informativo.

Referências

G20. (2026a, setembro). G20 EAWG: Critical minerals statement. The White House. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2026/09/4-G20-EAWG-Critical-Minerals-Statement.pdf

G20. (2026b, setembro). G20 EAWG: Permitting and regulatory efficiency. The White House. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2026/09/2-G20-EAWG-Permitting-and-Regulatory-Efficiency.pdf

G20. (2026c, setembro). G20 EAWG: Water reuse initiative. The White House. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2026/09/3-G20-EAWG-Water-Reuse-Initiative.pdf

G20. (2026d, setembro). G20 Energy Ministers' statement on advancing clean cooking access. The White House. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2026/09/1-G20-Energy-Ministers-Statement-on-Advancing-Clean-Cooking-Access.pdf

The White House. (2026, 16 de setembro). G20 Energy Abundance Ministerial concludes with four consensus outcomes. https://www.whitehouse.gov/releases/2026/09/g20-energy-abundance-ministerial-concludes-with-four-consensus-outcomes/

U.S. Department of Energy. (2026, 16 de setembro). G20 Energy Abundance Ministerial Chair's statement. https://www.energy.gov/articles/g20-energy-abundance-ministerial-chairs-statement

U.S. Department of State. (2026a, setembro). G20 Chair's statement: Ebola ministerial on accelerating collective action to defeat Ebola. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/09/g20-chairs-statement-ebola-ministerial-on-accelerating-collective-action-to-defeat-ebola/

U.S. Department of State. (2026b, setembro). United States pledges additional life-saving health assistance in response to Ebola outbreak. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/09/united-states-pledges-additional-life-saving-health-assistance-in-response-to-ebola-outbreak/

U.S. Environmental Protection Agency. (2026a, 15 de setembro). EPA Administrator Zeldin launches G20 initiative to advance water security. https://www.epa.gov/newsreleases/epa-administrator-zeldin-launches-g20-initiative-advance-water-security

U.S. Environmental Protection Agency. (2026b, 14 de setembro). EPA hosts global G20 forum on regulatory efficiency in Houston. https://www.epa.gov/newsreleases/epa-hosts-global-g20-forum-regulatory-efficiency-houston

G7: a crise do diesel e a fratura sobre o TPI

G7: the diesel crisis and the rift over the ICC

G7: la crisis del diésel y la fractura sobre la CPI

Resumo: Na quinzena de 28 de setembro a 11 de outubro de 2026, sob pressão dos Estados Unidos, o G7 anunciou em videoconferência extraordinária a liberação de 100 milhões de barris de estoques de emergência, volume que em grande parte apenas completa o compromisso de março na Agência Internacional de Energia. Dias depois, seis membros do grupo se uniram contra as sanções norte-americanas ao Tribunal Penal Internacional.

Palavras-chave: G7; segurança energética; Tribunal Penal Internacional.

Abstract: *In the fortnight from September 28 to October 11, 2026, under US pressure, the G7 announced at an extraordinary videoconference the release of 100 million barrels of emergency stocks, a volume that largely completes the March commitment at the International Energy Agency. Days later, six members of the group joined forces against US sanctions on the International Criminal Court.*

Keywords: *G7; energy security; International Criminal Court.*

Resumen: *En la quincena del 28 de septiembre al 11 de octubre de 2026, bajo presión de Estados Unidos, el G7 anunció en una videoconferencia extraordinaria la liberación de 100 millones de barriles de reservas de emergencia, volumen que en gran parte solo completa el compromiso de marzo en la Agencia Internacional de Energía. Días después, seis miembros del grupo se unieron contra las sanciones estadounidenses a la Corte Penal Internacional.*

Palabras clave: *G7; seguridad energética; Corte Penal Internacional.*

Diferentemente das quinzenas anteriores, este período registrou uma ação coletiva formal do G7. Em 2 de outubro, o presidente Emmanuel Macron, na condição de presidente do grupo, convocou uma videoconferência extraordinária de líderes, com participação do diretor-executivo da Agência Internacional de Energia (AIE), para responder à alta global dos combustíveis associada à guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã e à guerra entre Rússia e Ucrânia. A reunião resultou na primeira declaração de líderes desde a Cúpula de Évian (ELYSÉE, 2026a).

A pressão para a reunião extraordinária se deu pelos Estados Unidos, que, em 1º de outubro, por meio do secretário de Energia, Chris Wright, pressionaram a União Europeia e, especificamente, França e Alemanha, a liberar 120 milhões de barris de diesel de suas reservas de emergência em seis meses, sob pena de os Estados Unidos proibirem a exportação do combustível para os dois países. Washington chegou a preparar uma proibição de 90 dias, em um cenário de preços recordes às vésperas das eleições de meio de mandato de novembro (24/7 WALL ST., 2026).

O secretário do Tesouro, Scott Bessent, cobrou que os parceiros europeus “acelerassem a entrega de seus compromissos existentes”. Na semana anterior, o diesel havia atingido US$ 6,53 por galão nos Estados Unidos, e doze países da União Europeia registravam máximas históricas. O comissário europeu de Comércio, Maros Sefcovic, classificou a ameaça de proibição como “inesperada” e prejudicial à economia europeia (AL JAZEERA, 2026a). Foi então que, em 2 de outubro, os países da União Europeia realizaram uma reunião de crise, na qual diplomatas descreveram o tom norte-americano como “duro”, enquanto Macron conversava com Donald Trump e com o primeiro-ministro canadense, Mark Carney, para organizar o encontro do G7 (EURONEWS, 2026a).

A declaração conjunta estabelece: (i) a liberação de 100 milhões de barris por meio da AIE ao longo de quatro meses, com início imediato e uma liberação antecipada e substancial de diesel nos primeiros 20 dias; (ii) a coordenação dos cronogramas de manutenção das refinarias do grupo e o aumento temporário de sua utilização, onde possível; (iii) o engajamento de países com grande capacidade de refino para ampliar a oferta global de diesel; (iv) o compromisso de não impor restrições às exportações de energia entre os membros do G7; e (v) um pedido à AIE de relatório de acompanhamento em até 20 dias, com recomendações, inclusive sobre a recomposição dos estoques. O texto também condena os ataques do Irã a seus vizinhos, pede o

restabelecimento imediato da navegação no Estreito de Ormuz e reafirma a manutenção das sanções à Rússia (G7, 2026a).

É importante destacar que os 100 milhões de barris servem sobretudo para concluir a liberação coletiva de 400 milhões de barris decidida pela AIE em março, logo após o fechamento de Ormuz, dos quais 326 milhões já haviam chegado ao mercado (EURONEWS, 2026b). Em 7 de outubro, os membros da AIE concordaram em acelerar as liberações pendentes daquela ação e em priorizar o diesel "na medida do possível" (AL-MONITOR, 2026). No mesmo dia, os Estados-membros da União Europeia acertaram que qualquer nova liberação deve permanecer dentro do volume aprovado em março. Até então, o bloco havia liberado apenas cerca de metade do que prometera, e nenhum país europeu se comprometeu explicitamente com a antecipação de diesel no prazo de 20 dias (ENERGY CONNECTS, 2026). As contribuições nacionais seguiram essa lógica. A Alemanha anunciou, em 9 de outubro, a liberação de até 15 milhões de barris, a maior contribuição europeia, de um compromisso de 19,5 milhões assumido em março; a França anunciou 10 milhões de barris de diesel; e a Itália declarou já ter cumprido sua cota de 10 milhões (REUTERS, 2026a). O Japão, por sua vez, informou que não fará nova liberação, por já ter liberado, desde março, mais de 100 milhões de barris de estoques próprios, acima de sua parcela na ação da AIE (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN, 2026; YENI SAFAK, 2026).

Para os europeus, o ganho mais concreto da declaração foi o compromisso de não restringir as exportações de energia entre os membros, que neutralizou a ameaça norte-americana. A Comissão Europeia saudou a decisão e destacou justamente a rejeição de proibições de exportação (OENERGETICE.CZ, 2026). Trump, por sua vez, afirmou que a Europa havia concordado em liberar suas reservas "imediatamente" (ASSOCIATED PRESS, 2026) e, em seguida, que a proibição "nunca esteve realmente sobre a mesa" (AL JAZEERA, 2026b).

O efeito sobre os preços foi limitado. O Brent caiu brevemente abaixo de US$ 100 o barril após o anúncio, mas voltou a cerca de US$ 102 (AL JAZEERA, 2026b) e chegou a US$ 105 em 8 de outubro (EURONEWS, 2026b). Os analistas consultados convergem em que a liberação traz alívio apenas temporário, porque não resolve o problema de fundo: a oferta de petróleo bruto do Oriente Médio se recupera, mas a de derivados segue restrita, com refinarias danificadas, ataques ucranianos às refinarias russas e a suspensão das exportações chinesas de diesel (AL JAZEERA, 2026b). Na zona do euro, a inflação de setembro chegou a 3,8%, a maior em três anos, puxada pela energia (ZDF HEUTE, 2026). Quanto a Ormuz, o presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Baqer Ghalibaf, afirmou em 4 de outubro que o estreito não será reaberto até que sejam atendidas sete condições baseadas no memorando de Islamabad (KHALEEJ TIMES, 2026). O relatório da AIE solicitado pelo G7 e a reunião do Conselho de Governadores da agência, em 15 de outubro, dirão se haverá volumes efetivamente novos.

O segundo acontecimento da quinzena expõe a divisão interna do grupo. Em 9 de outubro, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, anunciou sanções ao Tribunal Penal Internacional (TPI) como instituição, com proibição de transações que o desligam do sistema financeiro dos Estados Unidos, com efeito em seis meses. Até então, Washington havia sancionado 13 juízes e procuradores da corte, inclusive sua presidente, Tomoko Akane, em agosto. Rubio afirmou que, se os aliados não "contiverem" o tribunal, os Estados Unidos seguirão em sua campanha para desmontá-lo "tijolo por tijolo". O anúncio veio horas depois de o Comitê Nobel norueguês conceder o Prêmio Nobel da Paz à jurista sul-africana Navi Pillay, ex-juíza da Câmara de Apelações do TPI, e foi celebrado pelo primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, alvo de mandado de prisão da corte desde 2024 (MERCOPRESS, 2026).

No mesmo dia, os chanceleres de Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Reino Unido, acompanhados de Dinamarca e Países Baixos, divulgaram declaração conjunta em que, como Estados-partes do Estatuto de Roma, "lamentam e discordam fortemente" das sanções, reafirmam apoio à independência, à imparcialidade e à integridade do tribunal, alertam para o impacto sobre seu trabalho e seus funcionários e se comprometem com o diálogo com Estados não partes antes da Assembleia dos Estados-Partes, em dezembro (FOREIGN, COMMONWEALTH & DEVELOPMENT OFFICE, 2026; ITV NEWS, 2026). Seis dos sete membros falam juntos, mas fora do G7, cuja assinatura exigiria a concordância do sétimo. Esse "G7 menos um" reproduz, no campo da justiça internacional, o padrão observado no informe anterior sobre a reforma da ONU, em que as posições que dividem o grupo migram para outros formatos e deixam os textos do G7 restritos ao que é consensual.

O terceiro ponto envolve a China e os membros europeus do grupo. Em 5 de outubro, Macron e o chanceler alemão, Friedrich Merz, enviaram carta à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, defendendo um "instrumento crível" que permita à Comissão restringir o acesso ao mercado único em poucos dias diante de agressões comerciais, sem aprovação prévia dos 27 Estados-membros. No dia seguinte, o Ministério do Comércio chinês pediu que os dois países "se abstenham de encorajar a UE a recorrer a ferramentas protecionistas" (MALAY MAIL, 2026). Em 8 de outubro, com Sefcovic já em Pequim, a chancelaria chinesa defendeu um "diálogo em pé de igualdade" para resolver as diferenças comerciais (REUTERS, 2026b). No dia 9, as partes anunciaram um acordo provisório: um entendimento para moderar as exportações chinesas de veículos híbridos e híbridos plug-in, que, segundo Sefcovic, pode reduzi-las em mais da metade; a flexibilização das licenças chinesas de exportação de terras raras e ímãs permanentes; e melhor acesso ao mercado chinês para produtos europeus que somam quase € 4 bilhões em exportações, com economia estimada de € 225 milhões em tarifas. O déficit europeu com a China chega a € 1 bilhão por dia, e os líderes da UE avaliarão o acordo em cúpula na semana seguinte (EURONEWS, 2026c). Sefcovic o descreveu como um "primeiro passo crucial" (FOX, 2026).

A relação com o G7 é indireta, mas vale trazer para discussão. Os desequilíbrios globais e as cadeias de minerais críticos foram dois eixos da presidência francesa: em Évian, os líderes saudaram a Cúpula de Convergência Global para o Crescimento convocada por Macron com participação chinesa, em 11 de junho, e adotaram declaração sobre a segurança das cadeias de minerais críticos (G7, 2026b). Na prática, essa agenda avança pelo canal bilateral da União Europeia, em que os dois membros europeus do grupo pressionam por instrumentos mais duros de defesa comercial.

A agenda do grupo para as próximas semanas inclui, em 12 de outubro, em Bangkok, a quarta reunião de ministros de finanças do G7, à margem das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial; em 16 de outubro, os ministros do desenvolvimento se reúnem na mesma cidade; e, em 9 e 10 de novembro, os chanceleres se encontram em Marselha, seguidos pelos ministros do interior em Lyon, em 20 e 21 de novembro (ELYSÉE, 2026b).

Referências

24/7 WALL ST. Trump threatens to ban diesel exports to France and Germany unless they release 120 million barrels from reserves: analysts say ban could backfire on American drivers. [S. l.], 1 out. 2026. Disponível em: https://247wallst.com/investing/2026/10/01/trump-threatens-to-ban-diesel-exports-to-france-and-germany-unless-they-release-120-million-barrels-from-reserves-analysts-say-ban-could-backfire-on-american-drivers/ . Acesso em: 12 out. 2026.

AL JAZEERA. Trump says US may ask Europe to release diesel reserves. Doha, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.aljazeera.com/amp/news/2026/10/2/trump-says-us-may-ask-europe-to-release-diesel-reserves . Acesso em: 12 out. 2026.

AL JAZEERA. G7 to release 100 million barrels of oil and diesel: will it curb prices? Doha, 3 out. 2026b. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/10/3/g7-to-release-100-million-barrels-of-oil-and-diesel-will-it-curb-prices . Acesso em: 12 out. 2026.

AL-MONITOR. IEA to accelerate oil reserve release, says 100 million barrels still to come. Washington, 7 out. 2026. Disponível em: https://www.al-monitor.com/originals/2026/10/iea-accelerate-oil-reserve-release-says-100-million-barrels-still-come . Acesso em: 12 out. 2026.

ASSOCIATED PRESS. Trump says Europe agrees to release diesel reserves 'immediately' as fuel prices hover near record highs. Nova York, 2 out. 2026. Disponível em: https://apnews.com/article/trump-europe-diesel-fuel-prices-774a360d1646d9ce8aba764fdd9959d2 . Acesso em: 12 out. 2026.

ELYSÉE. Videoconference with G7 leaders on the global energy situation. Paris, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/emmanuel-macron/2026/10/02/videoconference-with-g7-leaders-on-the-global-energy-situation . Acesso em: 12 out. 2026.

ELYSÉE. G7 agenda. Paris: Présidence de la République, 2026b. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/diary . Acesso em: 12 out. 2026.

ENERGY CONNECTS. EU states expect oil release will just enact prior pledges. Dubai, 7 out. 2026. Disponível em: https://www.energyconnects.com/news/utilities/2026/october/eu-states-expect-oil-release-will-just-enact-prior-pledges/ . Acesso em: 12 out. 2026.

EURONEWS. EU holds crisis meeting as US pressure mounts to release emergency oil stocks. Bruxelas, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/02/eu-holds-crisis-meeting-as-us-pressure-mounts-to-release-emergency-oil-stocks . Acesso em: 12 out. 2026.

EURONEWS. Exclusive: G7's 100-million-barrel pledge tied to unfinished March emergency oil release. Bruxelas, 8 out. 2026b. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/08/exclusive-g7s-100-million-barrel-pledge-tied-to-unfinished-march-emergency-oil-release . Acesso em: 12 out. 2026.

EURONEWS. EU and China clinch deal over cars after heated trade talks as Brussels pushes to rebalance ties. Bruxelas, 9 out. 2026c. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/09/eu-and-china-clinch-deal-over-cars-after-heated-trade-talks-as-brussels-pushes-to-rebalanc . Acesso em: 12 out. 2026.

FOREIGN, COMMONWEALTH & DEVELOPMENT OFFICE. Joint statement on support for the International Criminal Court. Londres, 9 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.uk/government/news/joint-statement-on-support-for-the-international-criminal-court . Acesso em: 12 out. 2026.

FOX, Benjamin. EU trade chief hails 'crucial first step' as Beijing talks avoid trade war. EUobserver, Bruxelas, 9 out. 2026. Disponível em: https://euobserver.com/242093/eu-trade-chief-hails-crucial-first-step-as-beijing-talks-avoid-trade-war/ . Acesso em: 12 out. 2026.

G7. G7 Leaders' statement on global energy security and market stability. Bruxelas: Conselho Europeu, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/10/02/g7-leaders-statement-on-global-energy-security-and-market-stability/ . Acesso em: 12 out. 2026.

G7. G7 Leaders' statement on geopolitical issues. Évian-les-Bains, 16 jun. 2026b. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/media/edgdrkoo/g7-leaders-statement-on-geopolitical-issues.pdf . Acesso em: 12 out. 2026.

ITV NEWS. UK and allies back International Criminal Court over US sanctions. Londres, 9 out. 2026. Disponível em: https://www.itv.com/news/2026-10-09/uk-and-allies-back-international-criminal-court-over-us-sanctions . Acesso em: 12 out. 2026.

KHALEEJ TIMES. Strait of Hormuz will not reopen until 7 conditions met, Iran says. Dubai, 4 out. 2026. Disponível em: https://www.khaleejtimes.com/world/mena/strait-of-hormuz-will-not-reopen-until-7-conditions-met-iran-says-us-war . Acesso em: 12 out. 2026.

MALAY MAIL. France and Germany want tougher EU trade powers, China says don't go there. Kuala Lumpur, 7 out. 2026. Disponível em: https://www.malaymail.com/news/money/2026/10/07/france-and-germany-want-tougher-eu-trade-powers-china-says-dont-go-there/238038 . Acesso em: 12 out. 2026.

MERCOPRESS. US sanctions the International Criminal Court hours after a former judge wins the Nobel Peace Prize. Montevidéu, 9 out. 2026. Disponível em: https://en.mercopress.com/2026/10/09/us-sanctions-the-international-criminal-court-hours-after-a-former-judge-wins-the-nobel-peace-prize . Acesso em: 12 out. 2026.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. G7 Leaders' Online Meeting regarding the global energy situation. Tóquio, 3 out. 2026. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/pressite_000001_02702.html . Acesso em: 12 out. 2026.

OENERGETICE.CZ. Commission welcomes G7 move: diesel release set to lower fuel prices in EU. Praga, 5 out. 2026. Disponível em: https://oenergetice.cz/en/oil/commission-welcomes-g7-move-diesel-release-set-to-lower-fuel-prices-in-eu . Acesso em: 12 out. 2026.

REUTERS. Germany to release up to 15 million barrels of oil under G7 plan. Londres, 9 out. 2026a. Disponível em: https://www.reuters.com/business/energy/germany-release-up-15-million-barrels-oil-under-g7-plan-2026-10-09/ . Acesso em: 12 out. 2026.

REUTERS. China pushes for equal dialogue in resolving trade differences with EU. Londres, 8 out. 2026b. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/china-pushes-equal-dialogue-resolving-trade-differences-with-eu-2026-10-08/ . Acesso em: 12 out. 2026.

YENI SAFAK. Japan rules out new oil release after G7 coordination deal. Istambul, 5 out. 2026. Disponível em: https://en.yenisafak.com/world/japan-rules-out-new-oil-release-despite-g7-deal-3724144 . Acesso em: 12 out. 2026.

ZDF HEUTE. G7 geben bis zu 15,9 Milliarden Liter Diesel und Rohöl frei. Mainz, out. 2026. Disponível em: https://www.zdfheute.de/politik/diesel-reserve-g7-freigabe-100.html . Acesso em: 12 out. 2026.

Educação, investimentos e saúde pautam a quinzena da OCDE

Education, investment, and health are the focus of the OECD's fortnight

La educación, las inversiones y la salud marcan la agenda de esta quincena de la OCDE

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação da nova edição do Education at a Glance e dois documentos complementares, um estudo sobre investimentos sociais na infância, uma avaliação sobre financiamento global para a biodiversidade, duas pesquisas sobre tecnologia e saúde e a nova edição da iniciativa da Health at a Glance restrita à região da América Latina e Caribe.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

Abstract: *The OECD's highlights include the the new edition of Education at a Glance and two complementary documents, a study on social investments in early childhood, an analysis of global financing for biodiversity, two studies on technology and health, and the new edition of the Health at a Glance initiative focused on the Latin America and Caribbean region.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Resumen: *Los aspectos más destacados de la OCDE se reparten entre la publicación de la nueva edición de Education at a Glance y dos documentos complementarios, un estudio sobre la inversión social en la infancia, una evaluación sobre la financiación mundial para la biodiversidad, dos estudios sobre tecnología y salud, y la nueva edición de la iniciativa Health at a Glance, centrada exclusivamente en la región de América Latina y el Caribe.*

Palabras clave*: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

Entre o fim do mês de setembro e o início do mês de outubro de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu a divulgação da mais recente versão de sua iniciativa *"Education at a Glance"*, uma fonte anual autorizada de informações e dados comparáveis internacionalmente sobre a situação da educação em todo o mundo e que fornece dados relevantes sobre a estrutura, as finanças e o desempenho dos sistemas educacionais nos países da OCDE, em países em vias de adesão e países parceiros, além de informações sobre variados aspectos importantes, tais como, por exemplo, a produção das instituições educacionais; o impacto do aprendizado nos países; acesso, participação e progressão na educação; os recursos financeiros investidos na educação; professores, ambiente de aprendizado e a organização de escolas.

A edição de 2026 centrou-se especialmente no tema de escassez de professores, examinando seu impacto em distintos países em diferentes graus e como os sistemas educacionais podem responder a tal desafio. Os resultados obtidos pela pesquisa indicam que a escassez de professores afeta a maioria dos sistemas educacionais da OCDE, com as maiores dificuldades no quesito recrutamento sendo vivenciadas nas áreas de matemática e ciências e, no que tange localização, comunidades rurais, remotas e desfavorecidas tendem a sofrer mais. Ademais, foi-se observado que a tendência do envelhecimento do corpo docente deverá intensificar pressões nos próximos anos.

Em todos os 20 sistemas educacionais com dados disponíveis, os cargos não preenchidos representaram menos de 4% do contingente total de professores dos ensinos fundamental e médio em 2024 e 2025. A escassez, no entanto, concentra-se frequentemente em disciplinas, escolas e regiões específicas: entre os 16 países e economias com dados disponíveis, 11 relataram escassez de professores de matemática e ciências plenamente qualificados para o ensino médio. Além disso, um em cada quatro professores do Ensino Médio na região da OCDE tem 55 anos ou mais, indicando o envelhecimento da força de trabalho e, consequentemente, intensificando as tensões para a renovação no recrutamento.

Essa escassez de professores reflete um desafio mais amplo enfrentado pelos países: a falta de mão de obra qualificada. Em mais da metade dos países com dados disponíveis, as taxas de vagas em aberto parecem ser mais elevadas na economia em geral do que na área do ensino. Assim, o envelhecimento da população, os desdobramentos da recente pandemia e a forte demanda por profissionais altamente qualificados dificultam o cenário de uma melhora orgânica nos índices de recrutamento de professores.

Outro aspecto ressaltado na edição de 2026 se debruça sobre as transformações nas tendências demográficas e como essas remodelam tanto a demanda quanto a oferta de professores. Nos países da OCDE, projeta-se uma queda de 9% no número de crianças entre 5 e 14 anos de idade entre os anos de 2024 e 2033. Tal redução no número de estudantes poderia

amenizar a escassez de professores e oferecer aos sistemas educacionais a oportunidade de reavaliar a alocação desses profissionais. Contudo, as tendências e dados da última década indicaram que a queda nas matrículas nem sempre reduz a demanda por professores, uma vez que muitos países mantiveram ou até mesmo aumentaram o número de docentes e turmas à medida que o número de alunos diminuía.

De forma complementar ao documento, a organização disponibilizou ainda adendos voltados para cada país analisado, onde é dedicado atenção especial e proporcionado análises para as especificidades e contextos de cada caso. O Brasil é um dos países participantes do estudo e possui um documento próprio no idioma inglês. Também complementarmente, foi publicado o documento intitulado *"Education at a Glance 2026 Sources, Methodologies and Technical Notes"*, que provê material de referência adicional para o *"Education at a Glance 2026"*, além de de fornecer orientação sobre os dados e as metodologias utilizadas para o cálculo de cada indicador. Também contém referências às fontes e notas específicas para cada país participante da pesquisa.

Permanecendo ainda no tema previamente discutido, o fórum internacional publicou o relatório *"Spending Better for Children through Social Policy"*, que investiga como os países podem obter melhores resultados com os gastos sociais voltados para as crianças, promovendo o bem-estar infantil e, ao mesmo tempo, apoiando a sustentabilidade das finanças públicas a longo prazo. Baseando-se em novas evidências comparativas entre países em um modelo de relação custo-benefício, o estudo examina como o nível, a alocação e a estrutura dos gastos sociais afetam a pobreza infantil, a privação material, o desempenho educacional e a saúde, ao mesmo tempo em que considera as implicações para os gastos sociais de longo prazo. Ele realça a importância de conjuntos coerentes de políticas, em detrimento de intervenções isoladas, identificando assim as abordagens de políticas mais eficazes, segundo a própria OCDE, para reduzir as taxas de pobreza infantil e melhorar os resultados educacionais e de saúde.

Políticas voltadas para o emprego, incluindo educação e cuidados na primeira infância, medidas de conciliação entre trabalho e família e as chamadas *Active Labour Market Policies* (Políticas Ativas do Mercado de Trabalho, em tradução livre), são entendidas aqui como essenciais para fortalecer a renda familiar adequada e previsivelmente e, portanto, apoiar o desenvolvimento das crianças, revelando-se particularmente valiosas quando combinado com serviços acessíveis de saúde, moradia, educação e cuidados infantis que abordem fontes mais amplas de desvantagem. O apoio contínuo ao longo da infância também é importante, desde a intervenção precoce até o investimento contínuo na infância média e na adolescência. Assim, o estudo indica que, se os gastos sociais continuarem a crescer no ritmo histórico, a pobreza infantil poderá cair cerca de 1,5 ponto percentual na próxima década.

De modo geral, o texto conclui que a melhor relação custo-benefício resulta de pacotes de políticas que combinam eficácia, equidade e sustentabilidade fiscal. Argumenta-se que investir nas crianças é tanto um imperativo social quanto uma escolha econômica inteligente, com os resultados destacando a relevância do investimento contínuo ao longo da infância, sendo o período de primeira infância crítico para a prevenção da desigualdade, mas o apoio continuado durante a infância média e avançada continua essencial para fortalecer o desempenho escolar, promover a boa saúde e apoiar a mobilidade social ascendente.

Em paralelo, a organização econômica intergovernamental lançou o relatório *"An overview of global biodiversity finance"*, que se propõe em avaliar o financiamento global para

a biodiversidade a partir de uma análise abrangente, explorando fontes públicas e privadas, nacionais e internacionais. A pesquisa constata que o financiamento para a biodiversidade tem aumentado ao longo dos anos, sendo proveniente tanto de fontes públicas quanto privadas. Estima-se que o financiamento internacional para a biodiversidade tenha atingido entre US$ 74,9 bilhões e US$ 92,4 bilhões por ano no período de 2023 a 2025, sendo os fluxos públicos domésticos representando cerca de dois terços do financiamento total, com uma estimativa de US$ 46,0 bilhões a US$ 63,5 bilhões anuais em 2023-2025. Já o financiamento público internacional contribuiu com uma média de US$ 16,1 bilhões por ano e o financiamento privado, US$ 12,9 bilhões.

Outro ponto de destaque do documento é a identificação de lacunas persistentes na consistência, comparabilidade internacional, abrangência e transparência dos dados sobre financiamento da biodiversidade reportados pelos países. Diante disso, são apresentadas propostas de aprimoramentos, como o alinhamento dos dados e relatórios com os padrões estatísticos internacionais, a atenção à transparência das metodologias e o fortalecimento da mensuração do financiamento privado.

Finalmente, o fórum internacional permaneceu a continuamente adicionar ao longo do período de análise deste informe diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu já robusto acervo e biblioteca virtual, sendo, dentre tal mundo de recentes acréscimos, outros três interessantes textos de assuntos relacionados diretamente à saúde destacados e brevemente apresentados a seguir.

O primeiro deles é o artigo *"Neurodata governance: Evidence from innovators for public policy"*, que se aprofunda no tema de neurodados – um conjunto diversificado de sinais e informações resultantes de processamentos no âmbito da neurotecnologia – e objetiva orientar abordagens coerentes e proporcionalmente adequadas para a governança de neurodados ao analisar o panorama atual das políticas, normas e práticas empresariais no assunto. A pesquisa então mapeia como tais dados são coletados, transformados e utilizados ao longo de todo o ciclo de vida dos dados e destaca a importância de uma abordagem política ágil, centrada no ser humano e baseada em evidências, além de ser adaptável aos avanços tecnológicos e alinhada à inovação, ao crescimento e ao benefício público.

Na esteira de tal discussão, o relatório *"Proceeding report from Madrid conference on the responsible scale of AI in healthcare: Scaling fast while doing no harm"* se preocupa em reportar e resumir os resultados da conferência internacional de Madri sobre a adoção responsável em larga escala da inteligência artificial na saúde, coorganizada entre o Ministério da Saúde da Espanha e a OCDE em maio de 2026. Reunindo 142 especialistas de 34 países e 35 organizações parceiras, o evento buscou transcender a discussão sobre a implementação da inteligência artificial, concentrando-se em como a mesma pode ser expandida de modo seguro e eficaz no setor, promovendo a confiança e desenvolvendo modelos econômicos sustentáveis para a era digital. O documento frisa o plano *Expert-Led Madrid Action Plan* (EL-MAP, na sigla internacional), uma estrutura prática que compreende dez ações prioritárias para orientar governos, a indústria, líderes da saúde e a sociedade civil na aceleração da implementação eficaz da inteligência artificial na saúde.

O último documento a ser ressaltado aqui é o intitulado *"Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2026"*, publicação mais localizada da iniciativa *"Health at a Glance"* da organização especializada na região da América Latina e Caribe e elaborada em conjunto pela

OCDE, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo Banco Mundial. Disponível nos idiomas inglês e espanhol, a terceira atualização do estudo apresenta dados comparáveis sobre saúde e sistemas de saúde de 33 países da região, abrangendo um conjunto de indicadores-chave sobre a situação da saúde, os determinantes da saúde, os dados de saúde e a infraestrutura do sistema de saúde, os gastos e o financiamento da saúde, a qualidade da assistência, a força de trabalho na área da saúde e o envelhecimento. Cada um dos indicadores é apresentado em um formato de fácil compreensão, composto por gráficos que ilustram as variações entre os países e ao longo do tempo, análises descritivas concisas que destacam as principais conclusões extraídas dos dados e caixas metodológicas que definem os indicadores e discutem as limitações na comparabilidade dos dados.

A edição de 2026 também inclui dois capítulos temáticos focados em questões de particular importância para a região: qualidade dos cuidados de saúde e desigualdades em saúde e na assistência médica na América Latina e no Caribe.

Referências

OECD. Education at a Glance 2026: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://doi.org/10.1787/b4968bbc-en.

OCDE. Teacher shortages are putting pressure on education systems across the OECD. OECD [Internet]. 2026 Sep 29 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/09/teacher-shortages-are-putting-pressure-on-education-systems-across-the-oecd.html.

OECD. Education at a Glance 2026: Brasil. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2026_c0e523a9-en/brazil_d149b552-en.html.

OECD. Education at a Glance 2026 Sources, Methodologies and Technical Notes. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://doi.org/10.1787/dcf64a14-en.

OECD. Spending Better for Children through Social Policy. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://doi.org/10.1787/1d6fb668-en.

OCDE. Better allocation of social spending would achieve greater gains for children and ease future public costs, says OECD. OECD [Internet]. 2026 Oct 05 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/10/better-allocation-of-social-spending-would-achieve-greater-gains-for-children-and-ease-future-public-costs-says-oecd.html.

OECD. An overview of global biodiversity finance. OECD Environment Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09];51. Available from: https://doi.org/10.1787/f3379e8d-en.

OCDE. Biodiversity finance reached USD 74.9-92.4 billion annually between 2023 and 2025, new OECD analysis shows. OECD [Internet]. 2026 Oct 01 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/10/an-overview-of-global-biodiversity-finance.html.

OECD. Neurodata governance: Evidence from innovators for public policy. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09];195. Available from: https://doi.org/10.1787/0ba61a20-en.

OECD. Proceeding report from Madrid conference on the responsible scale of AI in healthcare: Scaling fast while doing no harm. OECD Artificial Intelligence Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09];66. Available from: https://doi.org/10.1787/cf9439c3-en.

OECD, The World Bank, Inter-American Development Bank. Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://doi.org/10.1787/445b3259-en.